



SD2021

VIII SIMPÓSIO DE DESIGN SUSTENTÁVEL
SUSTAINABLE DESIGN SYMPOSIUM



1, 2 E 3 DE DEZEMBRO DE 2021
DECEMBER, 1st, 2nd and 3rd, 2021
ONLINE | CURITIBA, BRASIL

SDS2021.UFPR.BR

A DESCONSTRUÇÃO DE BINARISMOS E A ABORDAGEM INTERSECCIONAL NO DESIGN

THE DECONSTRUCTION OF BINARISMS AND THE INTERSECTIONAL APPROACH IN DESIGN

CLÁUDIA REGINA HASEGAWA ZACAR, Doutora | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RESUMO

Neste ensaio visou apresentar algumas contribuições dos feminismos para as discussões sobre design, partindo de dois temas centrais: a desconstrução de binarismos e a abordagem interseccional. Por meio de revisão bibliográfica de textos feministas vinculados ou não à disciplina do design, procuro argumentar como a aplicação articulada dessas duas estratégias pode ser útil na superação de impasses e desafios socioambientais que enfrentamos atualmente, fornecendo bases para formas mais plurais, democráticas e transformadoras de se pensar e fazer design.

PALAVRAS-CHAVE

Design; Feminismo; Binarismo; Interseccionalidade.

ABSTRACT

In this essay I aim to present some contributions from feminisms to discussions about design, starting from two central themes: the deconstruction of binarisms and the intersectional approach. Through a literature review of feminist texts linked or not to the discipline of design, I try to argue how the articulated application of these two strategies can be useful in overcoming the impasses and socio-environmental challenges we face today, providing bases for more plural, democratic and transformative ways of thinking about design and designing.

KEY WORDS

Design; Feminism; Binarism; Intersectionality.

1. INTRODUÇÃO

Neste ensaio, tenho o objetivo de apresentar de forma geral e, portanto, pouco aprofundada, algumas contribuições dos feminismos para o design. Procuro enfatizar como a crítica feminista aponta para a necessidade de superar a lógica binária que tem permeado nossas relações sociais e nossa cultura material, visando superar os impasses e desafios socioambientais que enfrentamos atualmente. Destaco ainda a importância do conceito de interseccionalidade, advindo do feminismo negro, para viabilizarmos projetos que deem conta das complexidades envolvidas nesses desafios.

Para tanto, recorro a textos de pesquisadoras feministas vinculadas ou não à disciplina do design. As ideias abordadas, apesar de não serem novas, em geral não tiveram suficiente impacto nas instâncias de ensino, pesquisa e prática do design no Brasil. Além disso, de forma mais específica, as discussões acerca de possíveis relações entre os feminismos e o design para a sustentabilidade ainda parecem incipientes, a despeito de seu potencial.

Os movimentos feministas podem ser entendidos como conjuntos de ações, práticas e discursos que constituem um projeto crítico e político voltado a combater sistemas de opressão e, dessa forma, construir a equidade nas relações sociais. Esses movimentos têm produzido conhecimentos e causado mudanças efetivas na vida das pessoas, por meio da problematização e luta contra processos de hierarquização e exclusão que se dão a partir de marcadores sociais como o gênero, a sexualidade, a raça e a classe. Ser feminista, portanto, envolve identificar, reconhecer e expor privilégios e desigualdades, atuando para combatê-los (SCHOLZ, 2010).

As ideias aqui sumarizadas vêm sendo construídas no bojo dos movimentos feministas desde o final da década de 1960, quando emergiu a chamada segunda onda dos feminismos¹, assim como ganharam força muitos outros movimentos sociais como o movimento negro, o movimento de gays e lésbicas (hoje LGBTQI+²), o movimento ambientalista etc. Cabe destacar que academicamente os feminismos não se desenvolvem de forma isolada, mas em articulação com outras perspectivas. Dessa forma, fazem parte do amplo campo das chamadas teorias críticas, com as quais têm estabelecido alianças estratégicas. Destaco, por exemplo, o importante diálogo que têm se estabelecido entre a crítica feminista e a perspectiva decolonial³, que tem ganhado espaço também nas discussões sobre design. Noto ainda que com o uso do termo “feminismos”, no plural, visou destacar que não se trata de uma perspectiva monolítica, mas que envolve diferentes epistemologias, vertentes e métodos.

Para discutir as possíveis contribuições dos feminismos para o design, é importante considerar o vínculo que essa disciplina e profissão tem com o paradigma da modernidade, e as críticas que feministas têm sistematicamente feito a este. Historicamente, o design tem sido legitimado como prática profissional a partir de sua adesão aos processos de industrialização, não raro vistos como impulsionadores de um progresso linear e benéfico. Assim, o design tem sido reconhecido como elemento chave para a materialização do ideal de modernidade (CANLI, 2018; BUCKLEY, 2020).

No Brasil, o estabelecimento do design como profissão entre as décadas de 1950 e 60 também se pautou pelos ideais modernos do avanço industrial, da racionalidade e da funcionalidade, em alinhamento com o projeto desenvolvimentista em curso no país naquele período. Tendo em vista a influência de perspectivas europeias, notadamente alemãs, na institucionalização do ensino de design no país, destaca-se a ressonância local da máxima modernista “a forma segue a função” e do ideal de “bom design” (MONTUORI, NICOLETTI, 2021).

Desde a década de 1980, pesquisadoras feministas têm questionado a forma como o paradigma modernista tem pautado a maneira de definirmos o design como prática, os parâmetros para determinar quem pode ser chamado/a de designer ou não, e que tipos de objetos devem ser considerados nos relatos historiográficos sobre design (ATTFIELD, 2010). O ideal de “bom design”, por exemplo, associado ao estilo internacional e à produção industrializada, foi colocado em xeque por historiadoras como Cheryl Buckley (1986), que argumentou que esse conceito tem sido acionado para excluir práticas associadas comumente à produção de mulheres, que historicamente muitas vezes não tinham acesso às indústrias nem ao treinamento oferecido pelas escolas de design. Judy Attfield (2010)⁴, por sua vez, questionou o sistema de valores que separa o funcional do decorativo, reinterpretando a máxima “a forma segue a função” como a “FORMA/feminino SEGUE A FUNÇÃO/masculino” e, assim, indicando como o ideal do design modernista reitera a

¹ É comum que as diferentes gerações dos projetos feministas ao longo dos anos sejam caracterizadas como “ondas”. O uso desse termo reforça o fato de que esses projetos se apresentam em constante movimento e reconstrução, além de sugerir que, assim como as marés, as atividades feministas apresentam diferentes intensidades ao longo da história (SCHOLZ, 2010). A primeira onda dos feminismos remonta à virada do século XIX para o XX, e foi marcada pelas lutas de mulheres brancas por direitos políticos, sociais e econômicos. A segunda onda é vinculada aos movimentos sociais que ganharam força entre as décadas de 1960 e 70, teve como mote a frase “o pessoal é político” e pautou a liberdade das mulheres para decidir sobre seus corpos e suas vidas. Foi nesse momento em que houve a institucionalização acadêmica do pensamento feminista. A terceira onda se deu a partir da década de 1980, e é caracterizada como um momento de intensos debates teóricos e tensões relativas à interpretação da categoria “gênero”, bem como acerca de sua articulação com outros marcadores sociais (LOURO, 1997; PIMENTA, 2010).

² A sigla designa lésbicas; gays; bissexuais; transgêneros/as, transexuais e travestis. O sinal de mais (+) é usado para enfatizar a existência de outras identidades de gênero e orientações sexuais. Trata-se de uma das variações possíveis para a sigla, que pode mudar dependendo do movimento social ou instituição que a utiliza e das questões em jogo no contexto histórico de seu uso.

³ Os estudos decoloniais dizem respeito a um conjunto de reflexões que emergiram na América Latina no final da década de 1990. Esses estudos têm abordado problemáticas histórico-sociais relativas à modernidade e à colonialidade em países do sul global (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019).

⁴ Apesar de ter sido consultado em uma coletânea editada em 2010 (LEES-MAFFEI; HOUZE, 2010), o texto foi originalmente publicado em 1989.

disparidade de gênero ao excluir práticas e saberes tidos como femininos (marcados como “decorativos” e, portanto, supérfluos, desimportantes e até nocivos).

As questões apontadas por essas autoras trazem à tona um aspecto que continua sendo problematizado, atualmente em grande medida com base no pensamento decolonial e na teoria queer⁵, vinculada aos estudos de gênero: o pensamento binário e as assimetrias dele decorrentes. Essa discussão é muito importante, uma vez que a lógica dicotômica tem permeado significativamente a condição humana nos últimos séculos – abarcando a constituição de identidades e subjetividades, os valores, as materialidades e as práticas – incluindo o design (CANLI, 2018).

2. O DESIGN E A DESCONSTRUÇÃO DE BINARISMOS

O pensamento binário é aquele que estabelece significados relativos à cada um dos polos que institui, construídos como opostos, complementares e assimétricos. Considerando, a título de exemplo, os binarismos de gênero, dessa forma são definidos estereótipos de masculinidade (associada à ciência, à tecnologia, à esfera pública, à força, à atividade e à racionalidade) e de feminilidade (associada à ornamentação, ao cuidado, à esfera privada, à fragilidade, à passividade e à emoção), sendo a masculinidade e os significados a ela atrelados mais valorizados socialmente (ATTFIELD, 2010; BUCKLEY, 1986).

O sociólogo Aníbal Quijano (2005), ligado à crítica decolonial, associa essa forma de pensar ao eurocentrismo, uma racionalidade específica que se tornou hegemônica a partir do século XVII. Segundo ele, a perspectiva eurocêntrica foi fundada com base em dois mitos: a ideia de que a história se configura como uma trajetória linear, que sai de um estado de natureza e chega até a Europa; e a naturalização das diferenças de poder entre Europa e não-Europa, a partir da invenção da raça. Nessa perspectiva, a racionalidade e a modernidade são associadas exclusivamente aos povos europeus. Com isso, as relações entre a Europa e as demais regiões do mundo passam a se organizar pautadas em uma lógica dicotômica: oriente/ocidente, tradicional/moderno, primitivo/civilizado, irracional/racional. Assim, a brutalidade da colonização pôde ser justificada e legitimada como um movimento civilizador.

Feministas como a socióloga María Lugones (2020), em diálogo com a obra de Quijano, aprofundam a discussão sobre como a lógica binária, que dá base à desigual distribuição de poder no contexto do capitalismo eurocêntrico global, demanda a naturalização de identidades não apenas em relação à raça, mas também ao gênero. Anne McClintock (1995) também discute como a estratégia de ordenar e classificar o mundo de forma dicotômica coincide com um projeto de colonização imperial pautado na feminização do mundo, que passa a ser concebido como entidade passiva e disponível à exploração do homem europeu.

Para o filósofo espanhol Paul B. Preciado (2017), a tecnologia é uma categoria-chave para compreender como se estabeleceram os binarismos que têm pautado relações de poder. Com base na obra da filósofa feminista Donna Haraway, ele argumenta que é em torno da ideia de tecnologia que são estruturadas as noções de espécie (humana/não humana), gênero (masculino/feminino), raça (branca/negra) e cultura (avançada/primitiva). Segundo Haraway (1998), no discurso eurocêntrico colonial o humano se define como o animal que se utiliza de instrumentos, desta forma constituído em oposição às outras espécies. Na visão colonialista, a tecnologia também é uma forma de definir o grau de progresso dos sujeitos e povos: mulheres e povos não ocidentais, que não tinham acesso à tecnologia moderna, foram considerados parte da natureza⁶, que poderia, portanto, ser explorada e dominada.

⁵ A teoria queer emergiu nos anos 1980 em articulação com os movimentos LGBT+, e teve influência significativa nas formulações teóricas desenvolvidas no âmbito dos feminismos de terceira onda. Essa perspectiva é avessa à abordagem classificatória, defendendo o reconhecimento e a mobilização das diferenças na luta contra os mecanismos sociais de exclusão e violência. O objetivo é o estabelecimento de uma nova política de gênero, por meio da desconstrução das normas que nos constituem como sujeitos (MISKOLCI, 2012).

⁶ Entendida aqui como um constructo cultural e histórico, decorrente das inter-relações entre a materialidade biológica e física do mundo e as construções sociais que a modificam e lhe atribuem significado.

Tendo isso em vista, teóricas feministas têm ressaltado que o debate sobre justiça social e emancipação humana deve ser necessariamente atrelado à crítica às categorias binárias, mas também à crítica à dominação de outras espécies, bem como à exploração do meio ambiente. Elas argumentam que as opressões contra mulheres e pessoas racializadas e a exploração da vida na terra em geral são fenômenos interligados e decorrentes do capitalismo eurocêntrico. Indicam, assim, a necessidade de superação das dicotomias, notadamente do binômio natureza/cultura, visando abrir espaço para que outras formas de existência e de relações possam florescer (MAIZZA; VIEIRA, 2018).

Anna Tsing (2015) e Donna Haraway (2016), por exemplo, têm discutido como formar alianças e aprender com outras espécies para desenvolver tecnologias e práticas de justiça ambiental que nos permitam sobreviver nesses tempos de precariedade. Vale ressaltar que essas discussões são feitas também de maneira crítica, reconhecendo que o relacionamento entre diferentes espécies se dá em uma rede complexa e heterogênea, e sem supor que há um diálogo simétrico entre as partes. O entendimento de que a distribuição de agência entre humanos e não humanos é assimétrica implica em assumir que as responsabilidades também devem ser distribuídas assimetricamente. Assim, ressaltam a importância de considerar as consequências, possibilidades e responsabilidades no estabelecimento de relações (BATH, 2014).

Contemporaneamente, os questionamentos ao pensamento binário vêm também sendo, em boa medida, feitos sob influência de pensadores pós-estruturalistas como Jaques Derrida. Teóricas feministas e queer têm se apropriado especialmente da ideia de desconstrução, que diz respeito à análise de como se estabelecem e operam as diferenças, por meio da inversão e da mudança de posição dos polos da dicotomia. Dessa forma, torna-se possível historicizar e revelar a interdependência de termos aparentemente binários, denunciando o caráter construído e, portanto, não natural, dessas oposições (LOURO, 1997; SCOTT, 2000).

Essa abordagem permite ainda discutir como os significados atribuídos aos polos dos binarismos revelam disputas de poder que implicam em desigualdades. Desconstruir o binarismo de gênero, por exemplo, significaria problematizar tanto a oposição hierarquizada entre feminilidade/masculinidade quanto a ideia de uma unidade interna de cada um desses polos. Implicaria, portanto, observar que o polo masculino contém o feminino (ainda que de modo desviado, postergado e/ou reprimido) e vice-versa; e perceber que cada um desses polos é internamente fragmentado, ou seja, que existem múltiplas feminilidades e masculinidades (LOURO, 1997; SCOTT, 2000).

O esforço para identificar e desconstruir dicotomias (re)produzidas pelas tecnologias vem sendo empreendido em diferentes vertentes feministas, dentre elas a radical-cultural, a socialista, a decolonial e a queer (POZO, 2019). Esse movimento tem ocorrido no âmbito dos estudos da ciência e tecnologia, nos estudos da cultura material e também na disciplina de design.

A pesquisadora Ece Canli (2018), por exemplo, se filia à perspectiva do feminismo queer para argumentar que o design tem sido constituído a partir de binarismos, reproduzindo regimes de inclusão/exclusão, privilégio/opressão e centralidade/marginalidade. Ela dá ênfase às formas como o design reproduz segregações corporais pautadas, entre outros, pelo binarismo de gênero. Considerando esse tema, Canli (2018) traz como exemplo os avatares corporais criados por Henry Dreyfuss nos anos 1960, e usados como base para o projeto de muitos artefatos e espaços desde então. Joseph, o homem padrão, foi associado a tarefas como controlar um avião ou um trator enquanto Josephine, a mulher padrão, foi associada às tarefas de passar roupas e aspirar o chão. Assim, a autora demonstra que a obra de Dreyfuss não apenas mostra diferenças anatômicas, mas reforça concepções culturais acerca das práticas consideradas adequadas aos homens e às mulheres.

Considerando apenas o marcador de gênero, podemos pensar em uma série de outros exemplos de como tecnologias promovem a segregação com base em binarismos. Há análises feitas por pesquisadoras feministas acerca de artefatos e sistemas tão diversos quanto brinquedos (ATTFIELD, 1996), barbeadores (VAN OOST, 2003), eletrodomésticos (COCKBURN; ORMROD, 1993) e scanners de segurança para aeroportos (COSTANZA-CHOCK, 2020).

Tendo em vista recentes polêmicas⁷ envolvendo banheiros públicos no Brasil, opto por focar nesse ambiente como forma de aprofundar a discussão acerca dos binarismos de gênero e sua (re)produção em espaços e artefatos projetados. Podemos pensar, inicialmente, sobre como a divisão entre banheiros masculino e feminino institui uma barreira para pessoas que não se adequam ao binarismo de gênero. Essa divisão prevê o controle da aparência dos corpos pelo olhar, de forma a identificar e evitar qualquer ambiguidade e punir aqueles considerados desviantes. Assim, não é raro que quem não se conforma aos padrões dicotômicos, como pessoas trans e pessoas não binárias, sofra violência física e/ou verbal ao tentar acessar esses espaços (PRECIADO, 2009).

Pensando ainda nos estereótipos de gênero e nas materialidades presentes em banheiros públicos, podemos destacar a configuração dos pictogramas usados para identificá-los, que comumente reforçam estereótipos referentes, por exemplo, ao vestuário tido como masculino e como feminino; e ainda a presença de suporte para a troca de fraldas majoritariamente em banheiros femininos, o que reforça a ligação das mulheres com a maternidade e a prática de cuidar (CANLI, 2018).

Preciado (2009) faz ainda uma análise sobre como a configuração dos banheiros direciona práticas corporais que constituem feminilidades e masculinidades de forma diferente. Segundo o autor, a feminilidade é associada à necessidade de subtração de todas as funções fisiológicas do olhar público, mediante o uso de cabines fechadas; enquanto a masculinidade é ligada à uma exibição genital ao urinar em pé, nos mictórios, e ao ocultamento do ato de defecar, associado à abertura anal e a um suposto risco de suscitar desejos homossexuais.

Ainda que essas análises focadas nas questões de gênero sejam relevantes, teóricas feministas têm argumentado, porém, que isoladamente elas não dão conta da complexidade inerente às relações de poder, uma vez que ignoram outros marcadores sociais da diferença. A partir do caso dos banheiros públicos podemos considerar, por exemplo, a questão da acessibilidade a pessoas com deficiência. Quando há adequação, muitas vezes ela é associada a uma segregação, com banheiros separados e marcados com um pictograma específico que também é problemático. Isso porque ele normalmente vincula a deficiência à cadeira de rodas, “robotizando” e estereotipando um grupo amplo e diverso de pessoas (CANLI, 2018). Se ampliarmos a discussão para questões de classe, raça e região, nos deparamos com o dado de que no Brasil, cerca de 5,7 milhões de pessoas não têm acesso a um banheiro adequado, sendo que a sua maioria é negra e está situada nas regiões Norte e Nordeste (ONDAS, 2020).

3. O DESIGN E A ABORDAGEM INTERSECCIONAL

Como argumenta Lugones (2020), é preciso considerar que na modernidade eurocêntrica capitalista, apesar de sermos todos/as enquadrados/as nos polos de binarismos (como homem/mulher, branco/preto etc.), as opressões não são vividas da mesma forma por todas as pessoas. Ela indica, portanto, a necessidade de uma abordagem interseccional, que considere de forma articulada os marcadores sociais e seus efeitos concretos na vida das pessoas.

O termo interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé Crenshaw no fim dos anos 1980, com base em reflexões que há tempos já estavam sendo elaboradas pelas feministas negras estadunidenses. Elas percebiam que os movimentos feministas privilegiavam as experiências de mulheres brancas, enquanto os movimentos negros estavam majoritariamente direcionados às experiências de homens negros. Assim, a posição social das mulheres negras, definida pela intersecção entre gênero, raça e classe, permaneciam invisibilizada. Nesse sentido, como argumenta Lugones (2020), a interseccionalidade é importante porque “nos mostra vazios”.

⁷ Em novembro de 2021 circulou na internet um vídeo que registrava a existência de banheiros sem marcação de gênero em uma unidade de uma grande rede de fast food em Bauru (SP). Conservadores/as reagiram qualificando a multinacional como “comunista” e o banheiro em questão como “uma imundice”. Além da repercussão nas redes, essa discussão teve ressonância no âmbito legislativo – no Paraná, uma semana depois do ocorrido, parlamentares apresentaram dois projetos visando proibir banheiros unissex no estado (FREY, 2021).

Pesquisadoras que trabalham com uma abordagem interseccional ressaltam, assim, a importância de considerar de forma integrada os diferentes eixos a partir dos quais operam as relações de poder (tais como gênero, classe, raça, sexualidade, idade, habilidade etc.) para podermos enxergar de fato as desigualdades decorrentes das diferentes formas de marcar os corpos, agindo para combatê-las. Metodologicamente, isso implica em reconhecermos nosso próprio posicionamento enquanto pesquisadoras/es e designers, e utilizar as categorias ou marcadores sociais como ferramentas analíticas para apreender como, nos contextos que acessamos, se dá a articulação dessas múltiplas diferenças (PISCITELLI, 2008).

Se a metáfora espacial da interseccionalidade parece de fácil entendimento e visualização para designers, tendo em vista sua familiaridade com termos como eixo e intersecção (LUPTON; XIA, 2021), por outro lado essa abordagem impõe perguntas difíceis, como: de que forma os problemas de design estão sendo definidos? Quem está participando dessa definição? Que valores estão sendo incorporados aos artefatos projetados? Quem se beneficia dos projetos? Quem perde com eles? Como o design reforça estruturas de poder? Como pode atuar para transformá-las? (CONSTANZA-CHOCK, 2020; CANLI; MARTINS, 2016).

Assim, uma abordagem interseccional no design implicaria em considerar todo o circuito de projeto, produção, circulação, consumo, uso e pós-uso, observando como se dão as relações entre diferentes sujeitos que interagem nessas diversas instâncias (por exemplo: quem participa dos projetos; como são as condições de trabalho de quem fabrica, de quem mantém o sistema, serviço ou produto durante sua vida útil, de quem vai ser responsável pela coleta e descarte de resíduos; a quem é permitido o uso dos sistemas ou não, etc.). Nesse sentido, destaca-se o fato de que boa parte dos produtos consumidos nos países mais ricos são manufaturados no sul global, não raro por mulheres racializadas que trabalham em situação de extrema precariedade (CANLI; MARTINS, 2016; MONTUORI, NICOLETTI, 2021).

Cabe notar que nas últimas décadas, designers tem direcionado sua atenção para grupos marginalizados, se engajando em projetos para e com comunidades. Porém, por vezes nesse tipo de projeto as análises se dão focadas em um único eixo de dominação, ou tratam desses eixos de forma isolada, o que limita as possibilidades de transformações efetivas. Além disso, por vezes designers falham em reconhecer e avaliar sua posição no processo, superestimando as ideias que desenvolvem e ignorando conhecimentos locais que poderiam ser mais efetivos, se potencializados (CONSTANZA-CHOCK, 2020; CANLI; MARTINS, 2016).

Não se trata, porém, de uma valorização ingênua e idealizada de saberes locais, nem de uma demonização de tecnologias produzidas a partir do paradigma da modernidade capitalista. O que se propõe é uma avaliação crítica das potencialidades e do grau de coerência local de conhecimentos e tecnologias, acompanhada de uma exploração de práticas de apropriação tecnológica visando a desconstrução das categorias sociais e o combate às opressões (POZO, 2019; HOLLANDA, 2020).

Nesse sentido, abordagens feministas para o design a partir de uma perspectiva interseccional têm destacado o potencial de métodos participativos. Esses métodos não são novos, e não surgiram atrelados aos feminismos. Porém, a crítica feminista tem contribuído para o seu desenvolvimento, destacando que esses métodos por si só não são suficientes para superar dicotomias e desigualdades (BAKER, 2018; CONSTANZA-CHOCK, 2020). O foco exclusivamente nas pessoas pode, por exemplo, reforçar uma visão antropocêntrica e extrativista. Além disso, se as pessoas que participam do processo reiteram valores racistas, capacitistas ou sexistas, os resultados tendem a reproduzir esses valores.

Designers e pesquisadoras feministas argumentam, então, que para gerar um impulso transformador é necessário incluir nos projetos participativos um processo de sensibilização, visando estimular olhares críticos das/os participantes em relação às desigualdades (BAKER, 2018; BUCHMÜLLER, 2012). Cabe notar que esse processo de sensibilização também deve envolver designers, de forma que possam identificar estereótipos, reconhecer o caráter situado e parcial

de seus conhecimentos, e entender a importância de não impor seus valores às demais pessoas interessadas no processo projetual.

A crítica feminista insere ainda a necessidade de conduzir análises interseccionais para balizar decisões nas diferentes etapas de projeto e produção. No processo projetual, por exemplo, deve-se reconhecer que a participação é sempre interseccionalmente marcada, e considerar que determinados contextos podem inibir e desestimular a participação de algumas pessoas. Assim, é preciso negociar com transparência o caráter da atuação de cada uma das partes, como serão distribuídas as responsabilidades e tomadas as decisões e como será a posse dos resultados (BARDZELL, 2010; COSTANZA-CHOCK, 2020).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discorrer sobre as estratégias de desconstrução de binarismos e de análise interseccional, procurei demonstrar que as contribuições dos feminismos para o design vão muito além do entendimento de assimetrias de gênero na prática profissional (ainda que este seja um aspecto relevante). O que as perspectivas feministas nos propõem não é um reformismo mediante mudanças pontuais e aditivas, ou a criação de um “design feminista”, mas uma revisão crítica radical sobre as formas de pensar e fazer design.

A desconstrução de binarismos e a análise interseccional podem parecer estratégias conflitantes, uma vez que a primeira procura desestabilizar e implodir categorias definidas de forma dicotômica, enquanto a segunda opera a partir dos marcadores sociais da diferença que são constituídos binariamente. A historiadora Joan Scott (1995, 2000) traz, porém, elementos para entendermos como é possível conciliar e trabalhar estrategicamente a partir dessas duas abordagens. Tendo em vista que a realidade social é ainda em grande medida construída a partir de categorias dicotômicas, muitas vezes não conseguimos nos desfazer delas. Scott (1995, p. 93) sugere, então, que consideremos essas categorias como, ao mesmo tempo, “vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas”.

A historiadora argumenta ainda que a diferença instituída pela categorização, ao mesmo tempo em que pode ser usada para justificar, legitimar e naturalizar hierarquias (como visto em relação aos processos de colonização), pode também ser usada como uma ferramenta na luta pela justiça social. Segundo ela, é necessário, portanto, “desmascarar a relação de poder construída ao colocar a igualdade como antítese da diferença” (SCOTT, 2000, p. 217). Sendo assim, é preciso considerar que os marcadores de identidade não devem ser entendidos apenas como formas de categorização limitantes, mas também como recursos que possibilitam a ação (PISCITELLI, 2008).

Para o design, isso implica em investigar como os espaços, sistemas, produtos e serviços projetados têm reiterado estereótipos e promovido segregações com base em binarismos, e também como têm sido usados como instrumentos para construir maior autonomia e equidade. Implica ainda em reconhecer o design como prática historicamente vinculada ao capitalismo, ao colonialismo e ao ideal de modernidade, questionando e revendo como, a partir desse paradigma, temos estabelecido relações com o meio ambiente, delimitado quem é ou pode ser considerado/a designer ou não, definido os métodos que empregamos para projetar, considerado as pessoas que usam aquilo que projetamos, decidido o que deve ser projetado, selecionado as histórias que contamos, estabelecido estratégias didáticas, configurado relações projetuais, de produção, circulação, consumo, uso e pós-uso.

Os feminismos nos ajudam ainda a pensar sobre como podemos construir processos coletivos de transformação do mundo, por meio de relações que incluam uma pluralidade de vozes e princípios democráticos; explorar possíveis mudanças a partir da combinação de práticas desconstrutivas, análises interseccionais, métodos participativos e técnicas que encorajem o pensamento crítico; e desenvolver uma ética que vá além da empatia como meio para atingir

um mercado, considerando humanos e não humanos e a possibilidade de estabelecer relações de troca e de proximidade não necessariamente pautadas pela identificação (SUCHMAN, 2009; BAKER, 2018; DESPRET, 2021).

Permitem ressaltar, assim, que uma mudança sistêmica em termos socioambientais demanda articular lutas contra as desigualdades de gênero, raça, classe (etc.) e também de espécie – uma vez que são as relações de poder estabelecidas hierarquicamente com base em binarismos que sustentam a lógica que nos colocou na situação precária em que hoje, em escala global, nos encontramos. Vale ressaltar, por fim, que essa situação não é vivida de forma homogênea, tendo em vista a desigualdade de acesso a recursos e o maior impacto que a crise tem em populações historicamente marginalizadas.

REFERÊNCIAS

- ATTFIELD, Judy. FORM/female FOLLOWS FUNCTION/male: Feminist Critiques of Design. In: LEES-MAFFEL, Grace; HOUZE, Rebecca (eds.). **The Design History Reader**. London: Bloomsbury Academic, 2010. P. 349-354.
- ATTFIELD, Judy. Barbie and Action Man: adult toys for girls and boys, 1959-93. In: KIRKHAM, Pat (Ed.). **The gendered object**. New York: Manchester University Press, 1996. P. 80-90.
- BAKER, Sarah Elsie. Post-work Futures and Full Automation: Towards a Feminist Design Methodology. **Open Cultural Studies**, 2018; 2: p. 540–552.
- BARDZELL, Shaowen. Feminist HCI: Taking stock and outlining an agenda for design. **Proceedings...** CHI 2010, abril 2010. Atlanta: ACM, 2010.
- BATH, Corinna. Searching for methodology: Feminist Technology Design in Computer Science. In: ERNST, W.; HORWARTH, I. (Eds.). **Gender in science and technology: interdisciplinary approaches**. Bielefeld: Transcript, 2014. p. 41–56.
- BUCHMÜLLER, Sandra. How can Feminism contribute to Design? A Framework for a feminist Design Research and Practice. **Proceedings...** DRS 2012 Bangkok, Chulalongkorn University Bangkok, Thailand, jul. 2012.
- BUCKLEY, Cheryl. Made in Patriarchy: Toward a Feminist Analysis of Women and Design. **Design Issues**, v. 3, n. 2, 1986.
- BUCKLEY, Cheryl. Made in Patriarchy II: Researching (or Re-Searching) Women and Design. **Design Issues**, v. 36, n. 1, 2020.
- CANLI, Ece; MARTINS, Luiza Prado de O. Design and intersectionality: material production of gender, race, class – and beyond. **Proceedings...** Intersectional Perspectives on Design, Politics and Power School of Arts and Communication, Malmö University, 14-15 nov. 2016.
- CANLI, Ece. Binary by Design: Unfolding Corporeal Segregation at the Intersection of Gender, Identity and Materiality. **The Design Journal**, v. 21, n. 5, 2018, p. 651-669.
- COCKBURN, Cynthia; ORMROD, Susan. **Gender and Technology in the Making**. New York: Sage Publications, 1993.
- COSTANZA-CHOCK, Sasha. **Design Justice: Community-Led Practices to Build the Worlds We Need**. Cambridge/London: The MIT Press, 2020.
- DESPRET, Vinciane. **Como pensam os animais?** São Paulo: Ubu, 2021.
- FREY, João. Banheiros unissex são o novo alvo de parlamentares conservadores do Paraná. **Plural**, 16 nov 2021. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/artigos/banheiros-unissex-sao-o-novo-alvo-de-parlamentares-conservadores-do-parana/>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- HARAWAY, Donna. **Primate visions: gender, race and nature**. Nova York: Routledge, 1998.
- HARAWAY, Donna. **Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene**. Durham: Duke University Press, 2016.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Introdução: agora somos todas decoloniais? In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. São Paulo: Vozes, 1997.
- LUGONES, María. Colonialidade de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

- LUPTON, Ellen; XIA, Leslie. Meet mythical norm. *In*: LUPTON, Ellen; KAFEI, Farah; TOBIAS, Jennifer; HALSTEAD, Josh A.; SALES, Kaleena; XIA, Leslie; VERGARA, Valentina. **Extra bold**: a feminist inclusive anti-racist nonbinary field guide for graphic designers. New York: Princeton Architectural Press, 2021.
- MAIZZA, Fabiana; VIEIRA, Suzane de Alencar. Introdução ao dossiê Ecologia e Feminismo: criações políticas de mulheres indígenas, quilombolas e camponesas. **Campos**, v.19, n.1, jan-jun 2018.
- McCLINTOCK, Anne. **Imperial leather**: race, gender and sexuality in the colonial contest. London: Routledge, 1995.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: Um Aprendizado Pelas Diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFPO, 2012.
- MONTUORI, Bruna Ferreira; NICOLETTI, Vivane Mattos. Perspectivas decoloniais para um design pluriversal. **Pos FAUUSP**, São Paulo, v. 28, n. 52, jan-jun 2021.
- ONDAS – OBSERVATÓRIO NACIONAL DOS DIREITOS À ÁGUA E AO SANEAMENTO. **Desigualdade no acesso ao saneamento entre negros e brancos é realidade no Brasil**. 19 nov. 2020. Disponível em: <https://ondasbrasil.org/desigualdade-no-acesso-ao-saneamento-entre-negros-e-brancos-e-realidade-no-brasil/>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- PIMENTA, Fabrícia Faleiros. **Políticas feministas e os feminismos na política**: O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005). 2010. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez. 2008.
- POZO, Lola Martínez. Códigos corporales y tecnológicos: Los feminismos como prácticas hacker. **Cadernos pagu**, n. 57, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n57/1809-4449-cpa-57-e195703.pdf>. Acesso em: 14 jan 2021.
- PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- PRECIADO, Beatriz. Basura y género. Cagar/mear. Masculino/feminino. **Parole de Queer**, p. 14-17, jun./out. 2009. Disponível em: https://www.scribd.com/fullscreen/79994784access_key=key-1kzk7tzxrj9solcq2esc. Acesso em: 04/02/2015.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, pp. 117–142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf Acesso em 2 de setembro de 2015.
- QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. São Paulo: MASP, 2019.
- SCHOLZ, Sally. **Feminism**: A beginner's guide. Oxford: Oneworld, 2010.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul-dez, 1995.
- SCOTT, Joan. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. **Debate Feminista**: Cidadania e Feminismo, nº especial, 2000, p. 203-222.
- SUCHMAN, Lucy. **Agencies in Technology Design**: Feminist Reconfigurations. 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/27336947>. Acesso em: 24 nov 2020.
- TSING, Anna Lowenhaupt. **The mushroom at the end of the world**: on the possibility of life in capitalist ruins. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2015.
- VAN OOST, Ellen. Materialized Gender: How shavers configure the user's femininity and masculinity. *In*: OUDSHOORN, Nelly; PINCH, Trevor (Eds.). **How Users Matter**: The Co- Construction of Users and Technology. Cambridge/London: MIT Press, 2003. p. 193- 208.